



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente e demais Vereadores:

Encaminho em anexo, o Projeto de Lei Complementar que visa alterar dispositivos constantes na Lei Complementar nº 093/2022 que CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO QUE DISPÕE SOBRE O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GUAÇUÍ.

O Projeto de Lei Complementar ora proposto, visa corrigir divergências apontadas no texto anterior pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

De se mencionar, que as alterações realizadas dizem respeito as mudanças ocorridas com a apresentação das emendas ao Projeto de Lei de origem, as quais no texto da redação final apresentaram as divergências por eles apontadas, motivo pelo qual com respeito ao texto ora apresentado traz apenas as alterações sugeridas pelo Tribunal de Contas.

Ressalto mais uma vez, que os demais dispositivos do referido diploma legal, permanecem inalterados.

Pelo exposto, é que conto mais uma vez com a colaboração dos Nobres Edis, na apreciação e aprovação do presente Projeto de Lei Complementar com a máxima urgência possível.

Atenciosamente

MARCOS LUIZ
JAUHAR:56161697734

Assinado digitalmente
por MARCOS LUIZ
JAUHAR:56161697734
Data: 2024.06.07
15:03:24 -0300

MARCOS LUIZ JAUHAR
Prefeito Municipal





PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003, DE 07 DE JUNHO DE 2024

Assinado digitalmente
por MARCOS LUIZ
JAUHAR:56161697734
Data: 2024.06.07
15:13:11 -0300

MARCOS LUIZ
JAUHAR:56161697734

ALTERA DISPOSITIVOS CONSTANTES NA LEI COMPLEMENTAR Nº 093/2022.

O Prefeito do Município de Guaçuí, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, submete à apreciação do Plenário da Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei Complementar:

Art. 1º. Ficam alterados dispositivos constantes na Lei Complementar nº 093/2022, que consolida a legislação que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Guaçuí, conforme segue abaixo discriminado:

I – O Art. 56 passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 56.** Ficam resguardados aos servidores públicos do Município de Guaçuí, o direito à aposentadoria para aqueles que preencherem os requisitos abaixo, até 31 de dezembro de 2024:

I – por incapacidade permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei;

II – compulsoriamente, aos setenta e cinco anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

III – voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observada as seguintes condições;

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

§ 1º. Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para a contribuição do servidor aos regimes de previdência de que tratam este artigo e o art. 201 da Constituição Federal, na forma da lei.

§ 2º. Para o servidor público que tenha ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003, os proventos de aposentadoria serão integrais em relação a última remuneração anterior ao motivo da aposentadoria e, a partir de 1º de janeiro de 2004, menor valor, entre a média aritmética simples das 80% maiores remunerações a partir de julho de 1994 ou





PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

desde o início da contribuição, se posterior àquela competência, corrigidas pelo INPC, ou última remuneração quando em atividade.

II – O Art. 57 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 57. Ficam resguardados aos servidores públicos do Município de Guaçuí, o direito à aposentadoria para aqueles que preencherem, cumulativamente, as seguintes condições até 31 de dezembro de 2024:

- I – sessenta anos de idade, se homem, e cinqüenta e cinco anos de idade, se mulher;
- II – trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;
- III - vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e
- IV – dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

§ 1º. Para o magistério reduz em cinco anos a idade e tempo de contribuição, conforme art. 40, § 5º da Constituição Federal.

§ 2º. Para o servidor público que tenha ingressado no cargo efetivo até 31 de dezembro de 2003, os proventos serão integrais em relação a última remuneração no cargo em que se der a aposentadoria e, a partir de 1º de janeiro de 2004, menor valor, entre a média aritmética simples das 80% maiores remunerações a partir de julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência, corrigidas pelo INPC, ou última remuneração quando em atividade.

III – O Art. 58 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 58. O servidor do Município de Guaçuí, incluídas suas autarquias, que tenha ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003 e que venha se aposentar por incapacidade permanente, com fundamento no inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal e art. 99 da Lei Municipal nº 1.983/1990, tem direito a proventos de aposentadoria calculados com base na remuneração do cargo em que se der a aposentadoria e, a partir de 1º de janeiro de 2004, menor valor, entre a média aritmética simples das 80% maiores remunerações a partir de julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência, corrigidas pelo INPC, ou última remuneração quando em atividade.

Parágrafo único. Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadoria concedidas com base no caput o disposto no art. 59, observando igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos desses servidores.

IV – O Art. 59 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 59. Observado o disposto no art. 37, XI da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria dos servidores titulares de cargo efetivo e as pensões dos seus





PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

§ 1º Para o cálculo da média de que trata o inciso II do *caput* deste artigo, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 53 desta Lei Complementar.

§ 2º. Aos proventos de aposentadoria de que trata o inciso I do *caput* deste artigo, aplicam-se as disposições contidas nos §§ 2º, 3º e 4º do artigo 64 desta Lei Complementar.

§ 3º Poderão ser excluídas da média de que trata o inciso II do *caput* deste artigo, a critério do servidor, as contribuições que resultem em redução do valor do benefício, desde que mantido o tempo mínimo de contribuição exigido, vedada a utilização do tempo excluído para qualquer finalidade previdenciária.

VII – O Art. 66 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 66. Os proventos de aposentadoria de que trata os arts. 61 e 63 desta Lei Complementar serão reajustados da seguinte forma:

I - pelo critério da paridade, conforme previsto no art. 7º, da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, quando se tratar de proventos de aposentadoria calculados na conformidade do disposto no art. 64, inciso I;

II - pelo reajuste nos termos do Regime Geral de Previdência Social, no caso de proventos de aposentadoria obtidos na conformidade do disposto no art. 64, inciso II.

VIII – O Art. 66, que está numerado em duplicidade, passa a vigorar com a denominação de “Art. 66-A, com a seguinte redação.

Art. 66-A. Os proventos de aposentadoria de que trata o art. 62 desta Lei Complementar serão reajustados da seguinte forma:

I - pelo critério da paridade, conforme previsto no art. 7º, da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, quando se tratar de proventos de aposentadoria calculados na conformidade do disposto no art. 64, inciso I;

II - pelo reajuste nos termos do RGPS, no caso de proventos de aposentadoria obtidos na conformidade do disposto no art. 64, inciso II.

Art. 2º. Os demais dispositivos constantes na Lei Complementar nº 093/2022, permanecem inalterados.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2023.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Complementar nº 096, de 22 de novembro de 2023.

Guaçuí – ES, 07 de JUNHO de 2024.

MARCOS LUIZ
JAUHAR:56161697734

Assinado digitalmente
por MARCOS LUIZ
JAUHAR:56161697734
Data: 2024.06.07
15:14:11 -0300

MARCOS LUIZ JAUHAR
Prefeito Municipal

